



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

O RIO DA COSTA E SUAS FASES DE TRANSFORMAÇÃO. DE RICO MANANCIAL HÍDRICO AO

Autores:

Eliomar Venâncio de Souza Filho - Universidade Vila Velha - arquiteto@heliomarvenancio.com.br
Giovanilton Andre Carretta Ferreira - Universidade Vila Velha - giovanilton.ferreira@uvv.br

Resumo:

A retificação dos Canais da Costa e Guaranhuns no município de Vila Velha no Espírito Santo nas décadas de 1950, coincidiu com uma época de grandes mudanças sócio econômicas estruturais no estado, que fizeram milhares de trabalhadores rurais se deslocarem para a Grande Vitória atrás de oportunidade de emprego. A cidade de Vila Velha não estava com infraestrutura preparada para receber estes milhares de pessoas em tão pouco tempo, ocorrendo assim ocupações em áreas de morros, beira de córregos e rios para construção de moradias, situação que se agravou nas décadas seguintes. Hoje estas faixas que margeiam estes canais são áreas degradadas e marginais para a cidade. O presente artigo tem por objetivo compreender a dinâmica da ocupação das áreas destes mananciais, e suas consequências.



O RIO DA COSTA E SUAS FASES DE TRANSFORMAÇÕES

De rico manancial hídrico ao “valão”

INTRODUÇÃO

*Da Costa estreito rio serpeando
Beija os campos, que também inunda;
Quando marés e chuvas vão inchando,
Há muito peixe, o marisco abunda,
Por fora nos recifes eriçando,
Ouriço e lagosta em gruta funda,
Com o polvo luta com fereza,
Dos quais todos se fazem bem lauta mês.*

(Poema escrito no sec. XIX pelo Padre Francisco Antunes de Sequeira).

Na década de 1960, no estado do Espírito Santo, teve início um processo de êxodo da população do interior para Grande Vitória, como consequência da política de erradicação do café, que alterou significativamente a economia Capixaba e se agravou com a implantação de grandes plantas industriais na década de 1970 (SIQUEIRA, 2010).

A significativa e rápida mudança socioeconômica do Espírito Santo, principalmente a partir da década de 1970, com entrada de grande capital estrangeiro no processo de industrialização do estado, fez parte de um processo de globalização da economia local. Essa situação é reforçada pela perda de espaço público em benefício de interesses setoriais e individuais, onde a crise nacional em 1980 evidencia a sequência deste que pode ser considerado um problema social (SIQUEIRA, 2010).

As transformações socioeconômicas supracitadas, ao longo de mais de 30 anos levaram milhares de pessoas em busca de oportunidades e moradia no município de Vila Velha, localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória, que não estava preparada para esta grande demanda de infraestrutura urbana. Esta situação, fez com que a população de baixa renda passasse a construir suas moradias nas periferias, morros e regiões de alagadiços, mangues e bordas de canais, com o poder público estadual e municipal se omitindo de ações práticas no sentido de se prevenir/evitar esta situação.

Neste contexto, destaca-se como área de estudo os canais da Costa e Guaranhuns, localizados no município de Vila Velha. O município faz divisa com Cariacica, Vitória e Serra e possui 209,96 km² de área, sendo o mais populoso do Espírito Santo, com uma população de 486.208 habitantes (IBGE, 2018).

Vila Velha é a mais antiga cidade do Espírito Santo, fundada em 23 de maio de 1535, e seus problemas são seculares, mas muito parecido com as demais cidades brasileiras, não possuindo um planejamento a médio e longo prazo, agravados por uma fiscalização urbana deficiente.

Em Vila Velha, as principais bacias hidrográficas são as dos rios Jucú, Santa Maria e Guarapari (DEINA; COELHO, 2014), que cortam quase todo o município, alcançando milhares de habitantes, seja diretamente, ou através de canais retificados, sendo estes mananciais de grande importância histórica e hídrica para o município.

O rio da Costa, que foi um braço do rio Jucú, passou por diversos momentos de transformação ao longo da história do município, sendo um importante manancial hídrico no século XVI, durante a colonização do solo Espírito-santense, e sofreu a retificação na década de 1960, fato que mudou radicalmente sua característica geográfica e de seu entorno. Atualmente este recurso hídrico está totalmente degradado e esquecido, fruto de uma ruptura muito grande com a cidade e a população. Seu traçado atravessa 17 bairros populosos com perfil social diversificado, passando ao lado de Shoppings, terminais de ônibus e importantes instituições municipais, que valorizam sua localização estratégica na cidade.

O recorte espacial que será desenvolvido neste artigo está relacionado historicamente ao rio Jucú, cujo braço, chamado rio da Costa, cortava a faixa litorânea do município indo até a Baía de Vitória (RUPF, 2016). Após a construção do dique no bairro de Santa Inês, o rio foi dividido em duas partes (Canal da Costa e Canal Garanhuns), que formam os objetos de estudo deste artigo.

Diante deste contexto, o objetivo do presente estudo é entender o processo de transformação sócioespacial do rio da Costa em suas três fases principais identificadas por esta pesquisa. A primeira fase (rio) contemplava um manancial exuberante que ligava a Baía de Vitória ao rio Jucú, que encantou e deu subsistência aos colonizadores Portugueses. Séculos depois, na fase seguinte (canal), foi retificado e transformado nos canais da Costa e Guaranhuns, para higienização e contenção de enchentes, criando uma nova fronteira para expansão urbana. Na terceira fase, etapa atual, o manancial está esquecido e abandonado pela população e também pelo poder público, sendo tratado pejorativamente como o “valão” da Costa e Guaranhuns.

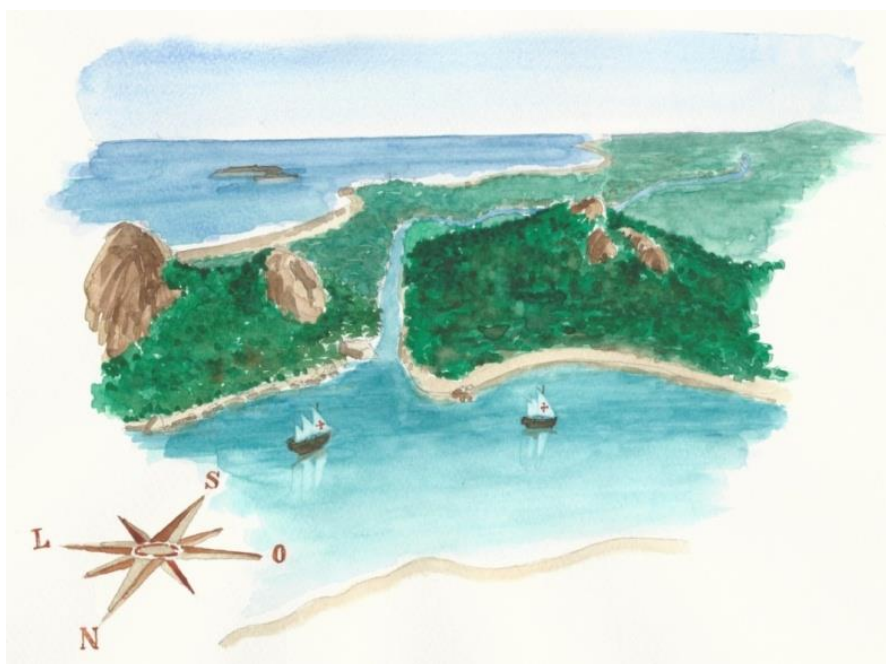
O artigo procura demonstrar a grande importância deste recurso hídrico para a história da cidade de Vila Velha e como o resgate do manancial torna-se uma grande oportunidade de (re) desenho urbano para a reconciliação do rio com a cidade, com a vida do município e a sua população.

A metodologia desenvolvida para este artigo foi fundamentada em pesquisa bibliográfica, estudo de documentos levantados junto a prefeitura municipal de Vila Velha, e no percurso de todo trajeto dos canais, desde a baía de Vitória até o rio Jucú.

PRIMEIRA FASE – O RIO DA COSTA

O rio da Costa (figura 1) fazia parte da importante rede hídrica do rio Jucú no município de Vila Velha, sendo o afluente que interligava as águas que vinham das montanhas Capixabas em direção a Baía de Vitória.

Figura 1: Aquarela do Rio da Costa encontro com Baía de Vitória



Fonte: Adriano Segantinni (2017)

Para Rupf (2016) o rio da Costa tinha o seu percurso em direção ao norte, paralelo as praias do município, e separava a faixa de terra litorânea de Vila Velha do continente, o que o transformava outrora em um local de beleza ímpar, com rica biodiversidade em seu entorno.

O rio da Costa, nas suas margens lamacentas, com os seus manguezais e o seu leito piscoso porque não poluído, deu por séculos e anos a fio a comunidade de Vila Velha, o direito de nele se prover, pescando crustáceos, mariscos, e o próprio mangue sustentaram famílias incontáveis que não tinham trabalho definido. Enquanto este rio viveu, morador nenhum de Vila Velha, desprovido de recursos passou privação [...] (SETÚBAL, 2012, p.135)

A importância do rio da Costa para a cidade começou a se destacar quando da colonização do solo Espírito Santense, pois foi usando seu percurso que os Portugueses fizeram as primeiras incursões ao novo território conquistado, adentrando em seu leito entre

os Morros do Moreno e o Maciço do Convento da Penha, fugindo da dificuldade do caminho por terra coberto pela grande mata Atlântica que era abundante na costa (figura 2).

Figura 2: Rio da Costa passando entre os morros do Convento e Morro do moreno (1950)



Fonte: Disponível em <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-rio-da-costa.html>>

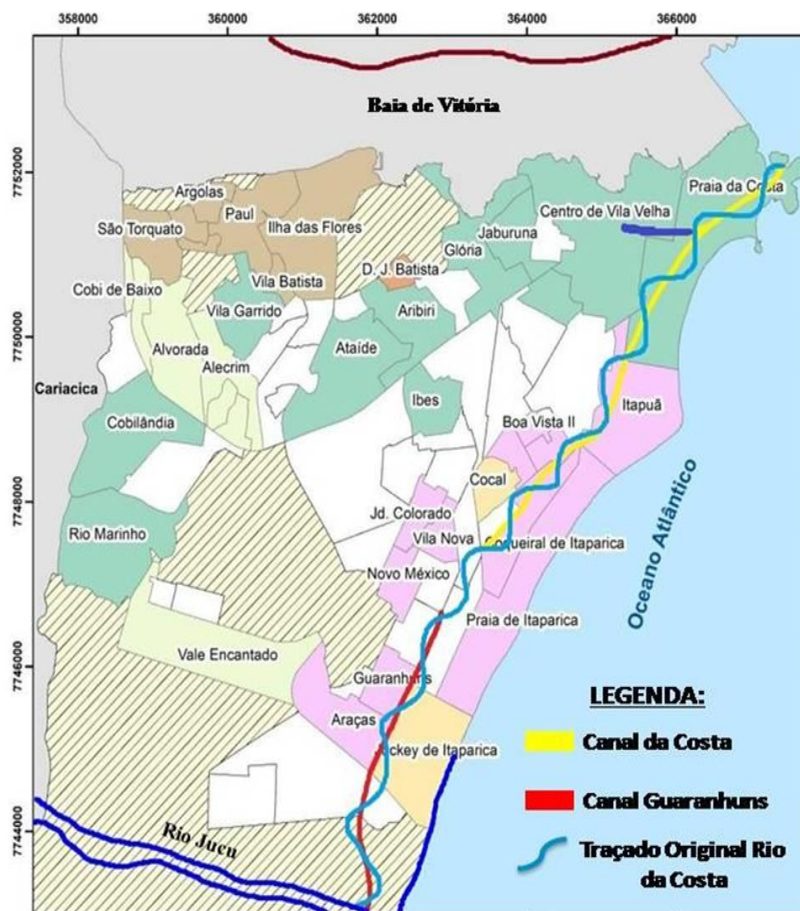
Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves, a bacia hidrográfica do Rio Jucú é uma das principais de toda Grande Vitória, com área de 2.032 Km², sendo 5,13% da sua área localizada no município de Vila Velha. A bacia desempenha um importante papel social e econômico na Grande Vitória, com fornecimento de água e energia para grande parte da população desta microrregião.

Este mesmo rio Jucú, que tem grande importância para a história e economia do município, também é responsável por diversas enchentes em Vila Velha, pois o município está localizado no baixo deste rio, que é fortemente impactado quando chuvas atingem a região serrana do Estado do Espírito Santo. De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, o estado apresenta altas médias anuais, de mais de 1.400mm/mês, fazendo com que todo este volume de água desague sobre o litoral capixaba.

Com a baixa declividade da rede hídrica próxima ao litoral, nota-se a existência de algumas lagoas e mangues no Município de Vila Velha, devido a região ter um alto grau de complexidade no que diz respeito a lidar com suas águas. Os Jesuítas no século XVIII, foram pioneiros e abriram canais artificiais para a circulação marítima, como importante rota de circulação de mercadorias, entretanto com a abertura de estradas, perderem sua função ao longo dos anos acabaram esquecidos.

O rio da Costa em seu percurso em direção ao norte, paralelo as praias do município, e separava a faixa de terra litorânea de Vila Velha do continente, o que o transformava outrora um local de beleza ímpar, com rica biodiversidade em seu entorno. (RUPF, 2016, p.15)

Figura 3: Mapa traçado original rio da Costa sobreposto atual rota dos canais.



Fonte: Desenho adaptado de mapa elaborado por Renan Rodrigues.

Segundo Setúbal (2012), as primeiras construções feitas pelos colonos no novo território foram próximas ao rio da Costa, que servia de rápido deslocamento fluvial até a Baía de Vitória, como elemento de segurança e provisionamento de abastecimento de peixes e moluscos.

A relação harmônica inicial entre o rio da Costa e Vila Velha, a primeira cidade do Espírito Santo, foi diminuindo com o aumento da população e ocupações próximas ao manancial, o que começou a comprometer, em uma pequena escala inicialmente, o equilíbrio ambiental do leito do rio e de suas margens, com o desmatamento da cobertura vegetal que protegia o manancial hídrico.

Para Anchieta (2001), nos primeiros séculos de ocupação dos Portugueses nas margens do rio da Costa, era grande volume de água e havia fartura de vegetação em suas margens, que possibilitavam um grande equilíbrio ambiental à cidade que se formava e que estava se moldando ao traçado do manancial.

Pelas leis da mãe Natureza, a água flui por caminhos livres obedecendo à lei da gravidade, formando rios e córregos. Para Gorsky (2010), no imaginário das pessoas os rios são demarcadores de território, produtores de alimentos, possuem fauna e flora, além de geradores de energia e lazer.



Durante os séculos seguintes rio da Costa com sua boa largura e volume de água, foi muito importante para a flora e fauna da região, devido ao manguezal e matas de seu entorno, como nascedouro de peixes e crustáceos, que procriavam em seu leito e voltavam ao mar, e tendo assim uma convivência harmoniosa com a população do município de Vila Velha, que retiravam parte de seu sustento das águas do rio, sendo referência urbanística, fonte de nutrientes e lazer (ANCHIETA, 2001, p.13).

O rio da Costa seguiu o roteiro da história dos povos, em que os diversos mananciais hídricos foram usados como apoio importante para ocupação do solo nas cidades, sendo fundamental para a sobrevivência humana e referência para manifestações culturais de todos os tipos.

SEGUNDA FASE – O CANAL DA COSTA

A retificação de mananciais hídricos foi um processo originário na Europa no século XIX, oriundo de uma visão higienista da época, mas também usado para sistemas de drenagem de águas pluviais. Para Baptista e Cardoso (2013) os primeiros conceitos relacionados ao tema apontavam que o rápido escoamento de águas pluviais poderia evitar doenças vinculadas às águas.

No Brasil, no início do século XX, o Engenheiro Saturnino de Brito já tinha uma visão abrangente e integrada dos recursos hídricos. Um exemplo foi o plano que fez para a cidade de Santos (SP), com a meta era sanear, embelezar e prever o crescimento do tecido urbano.

Segundo Gorsky (2010) este conceito higienista rapidamente chegou ao Brasil, com a canalização ou dutagem de rios e córregos, alterando significativamente a paisagem urbana das grandes cidades brasileiras. Este pensamento ganhou força após a Proclamação da República, com seu pensamento positivista, e vigoram em geral até os dias de hoje (BAPTISTA; CARDOSO, 2013).

Para Tucci (2015) a evolução do desenvolvimento das águas está dividida em quatro fases: Pré-Higienista (até início do século XX), com esgoto em fossas ou junto a drenagem pluvial; Higienista (antes de 1970), com transporte dos esgotos que contaminaram mananciais; Corretiva (1970 a 1990), com tratamento de esgotos e recuperação dos rios e, por fim, a fase de Desenvolvimento Sustentável (depois de 1990), com tratamentos que preservam o sistema natural e melhoria na qualidade de vida.

O Brasil infelizmente está ainda na fase Higienista em razão de falta de tratamento de esgoto, transferência de inundação na drenagem e falta de controle de resíduos sólidos (TUCCI, 2015, p. 101)

Na cidade de Vila Velha, inicialmente os canais abertos tinham a finalidade de tráfego fluvial e combate às enchentes, como os canais das Neves, Santa Rita, Cobilândia, Araçás, Camboapina, além dos Canais da Costa e Guaranhuns (RUPF, 2016).

Outro aspecto a ser lembrado é o uso dos canais também como forma de rota de saída de águas pluviais em época de chuvas torrenciais. No caso do município de Vila Velha, as obras importantes de canalização dos rios foram executadas a partir da metade do século XX.

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves, a maré oceânica é quem influencia o escoamento das águas no município de Vila Velha, devido à baixa declividade da região, que tem, em geral, um relevo plano. Aliado a isto, a complexa ocupação urbanística do município, com bairros abaixo do nível de enchente das águas ou alocados em regiões de históricos alagamentos, faz com que os canais de drenagem funcionem sempre em seu limite, onde em caso de chuvas fortes, combinado com uma maré alta, ocasionam alagamentos e transtornos, com muitos prejuízos econômicos, ambientais e de saúde.

Segundo Anchieta (2006), a cidade de Vila Velha teve registrado quatro enchentes históricas nos anos de 1935, conhecida como enchente centenária, devido ao ano de comemoração dos 400 anos de colonização do solo Espírito Santense; no ano de 1943 e outra em 1960 (figura 3), quando a água chegou a 6km de distância do leito do rio Jucú, invadindo a rua do tradicional colégio Marista no centro da cidade. A mais recente foi no ano de 2013.

Figura 4: Vista de Vila Velha na histórica enchente de 1960



Fonte: Disponível em <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-rio-da-costa.html>>

Com o argumento de controlar as cheias do rio Jucú, o Governo do Estado construiu em 1958, com extensão de 5km e em paralelo à margem do rio Jucú, o dique Jucu-Guaranhuns, com material de baixa resistência proveniente dos terrenos laterais à construção.

Entretanto devido a este fator o dique se rompeu em 1960, na enchente supracitada, que elevou a água do rio Jucú a 3m de altura acima de sua cota normal, trazendo muitos prejuízos ao município (RUPF, 2016).

Ainda, segundo Rupf (2016), foi construído outro dique para ajudar na contenção de novas enchentes no ano de 1962, chamado de Santa Inês, como forma de proteção do centro de Vila Velha, que era o maior núcleo urbano a época. Com a construção do Dique, a ligação que o canal da Costa fazia entre a Baía de Vitória e o rio Jucú foi cortada, separando o que

reconstituição da morfologia natural da calha do rio (CUNHA; GUERRA, 2003, p.35).

Em 1962 foi concluída a obra do canal da Costa, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS. Sua obra havia sido iniciada pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais - DENERU, ainda na década de 1950, que era um órgão nacional mais ligado a higienização e manutenção de áreas alagadas. Esta obra retilizou o rio da Costa com objetivo principal de facilitar o escoamento das águas da área entre o centro de Vila Velha e o litoral para a baía de Vitória.

O canal da Costa inicia seu percurso na Baía de Vitória, atravessa alguns bairros e vai até a Avenida João Mendes, no bairro de Santa Mônica, onde seu trajeto foi interrompido pelo dique de Santa Inês. O dique de Santa Inês [...] prolonga-se do bairro Santa Inês até atual rodovia do Sol, na região do bairro Coqueiral de Itaparica com a ideia de proteger o centro de Vila Velha e os bairros adjacentes com a cota de nível abaixo de 2,20m. Como o dique foi erguido com material de boa resistência, ao longo do tempo seu topo se tornou a Avenida João Mendes (RUPF, 2016, p. 17)

A retificação do canal da Costa dragou as águas do rio da Costa, expandindo a área do centro de Vila Velha em direção ao litoral (figura 4). Os aterros nas áreas alagadas, justificados oficialmente como higienização e combate a doenças trazidas por mosquitos, ocasionou a ocupação das praias da Costa e a praia de Itapuã. Este movimento favoreceu a valorização imobiliária destas áreas, que com o passar dos anos se tornou de grande interesse do mercado imobiliário e sendo posteriormente ocupadas pela classe média alta.

Figura 6: Foto aérea litoral de Vila Velha com destaque para o canal da Costa



Fonte: Ministério da Guerra (1962)

Este caminho do canal da Costa é interrompido pela avenida João Mendes, construído sobre o dique de Santa Inês, no bairro Coqueiral de Itaparica, finalizando o trajeto do canal. O rio da Costa aparece a 200m do ponto de interrupção, já dentro do bairro Cocal, seguindo sentido sul do município em direção ao rio Jucú.

A construção do canal Guaranhuns sobre o restante do leito do rio da Costa, foi concluída no ano de 1965 pelo DNOS, com extensão aproximada de 2,8km, iniciando no bairro Cocal, onde, após atravessar diversos bairros se conecta ao rio Jucú, através de comportas.

Sua implantação ajudou a expandir para o sul a área de urbanização em Vila Velha, tendo suas proximidades ocupadas ao longo da década de 1980 e 1990, por diversos conjuntos habitacionais.

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu a ocupação dos bairros Guaranhuns, Nova Itaparica e Praia das Gaivotas, e nas décadas de 1990 e 2000 iniciou-se a ocupação do bairro mais novo da região, o Jockey de Itaparica (CHALUB, 2010, p.107).

Segundo Rupf (2016) os canais da Costa e Guaranhuns juntos tem uma extensão de 10,1 km, retilinizando o outrora sinuoso rio da Costa, que ligava o rio Jucú até a Baía de Vitória, sendo um importante manancial para o equilíbrio hidráulico do município de Vila Velha, que depende de sua vazão em dias de chuvas torrenciais para evitar inundações.

Após a conclusão do canal de Guaranhuns, na metade da década de 1960, o seu isolamento inicial favoreceu sua preservação ambiental pela ausência de bairros próximos, mantendo a qualidade de suas águas.

De acordo com Chalub (2010), em um primeiro momento, com a expansão da cidade e consolidação de bairros em seu entorno nas décadas de 1980 e 1990, as redes de águas pluviais e de esgoto das moradias, comércio e pequenas indústrias próximas foram conectadas ao canal, mudando radicalmente a qualidade de suas águas.

TERCEIRA FASE – “O VALÃO”

A fase aguda da história do rio da Costa começa a partir da década de 1970, com o avanço da urbanização da cidade de Vila Velha em direção as margens dos canais, através de ocupações irregulares e esgotos direcionados aos mananciais.

Com a chegada das populações próximas a estes mananciais, as alterações antrópicas acontecem, na medida que a concentração populacional altera o equilíbrio natural que existia nestes locais, seja retirando água para o consumo ou agricultura, seja despejando resíduos de esgoto ou com atividades de pesca e captura de peixes e crustáceos, e até no uso de navegação.

O crescimento das cidades, associado as demandas agrícolas e energéticas, nas últimas décadas tem sido responsável pelo aumento da pressão das atividades antrópicas sobre os recursos naturais. Em todo planeta, praticamente não existe um sistema hidrológico que não tenha sofrido influência direta e\ou indireta do homem, como por exemplo, contaminação dos ambientes aquáticos, desmatamentos, contaminação do lençol freático, introdução de espécies exóticas, modificação na forma do leito dos rios, construção de barragens, etc, resultando na diminuição da diversidade de habitats e perda da biodiversidade. (BOTELHO, 2011 p.57).

O dinâmico processo de urbanização que ocorreu no Brasil no início do século passado, a partir da mudança do modelo agrário exportador para o industrial, fazendo o país diminuir as importações e precisar de mão de obra nas fábricas, trouxe muita mão de obra do campo para as cidades, em uma época que apenas 10% da população brasileira eram urbanas.

No Espírito Santo e na cidade de Vila Velha, mesmo de forma retardatária, este processo não foi diferente. A profunda transformação ocorrida na economia capixaba, a partir da década de 1960, pautada pela desestruturação de sua base econômica anterior – o setor agrário, com predomínio da pequena propriedade - e de sua reestruturação a partir dos setores urbano/industrial e da monocultura para exportação transcorreram de forma brusca e concentrada no aglomerado urbano polarizado pela capital Vitória.

A microrregião experimentou investimentos industriais, ferroviários e portuários de grande porte, dos setores mineral-exportador, siderúrgico, celulósico e de comércio exterior. Os investimentos se consolidaram e se ampliaram, passando fisicamente a dela fazerem parte, e, simultaneamente, gerando fortes impactos socioculturais e uma fragmentação e segregação sócioespacial.

Do ponto de vista demográfico o intenso deslocamento populacional rural urbano, concentrado na Grande Vitória, intensifica-se em meados da década de 1960, sobretudo nos municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica. Até o final da década 1970, Vila Velha tinha um reduzido o número de indústrias, tendo sua economia baseada em comércio e serviços locais. Devido a sua proximidade com a capital Vitória (12 km), grande polo gerador de empregos do estado do Espírito Santo, consolidou sua inclinação para ser denominada inicialmente uma cidade dormitório.

As grandes transformações econômicas no Espírito Santo nas décadas de 1960, 1970 e 1980 fizeram dobrar a população Canela Verde (termo nascido na época dos Portuenses, como denominação aos nascidos na cidade de Vila Velha) a cada 10 anos, que passam a ocupar de forma mais intensa a área urbanizada do município, cuja infraestrutura urbana não estava preparada para receber o elevado quantitativo de novos moradores, o que fez crescer o processo de ocupações informais na cidade.

O caráter drástico das rupturas no perfil da população local implicou uma maior complexidade do seu quadro social, assim como nas formas de ocupação e organização do território, que passaram a apresentar como marca principal deste período a intensa expansão

da periferia e o acirramento de um processo de urbanização desordenado e desigual. Uma grave consequência deste processo no município de Vila Velha foi uma ocupação predatória das margens dos Canais da Costa/Guaranhuns.

Apesar de o governo ter implantado uma política habitacional no início da década de 1970, segundo Siqueira (2010), com a construção de milhares de unidades habitacionais pela Cohab/ES¹ e Incoop/ES², que chegariam a 15 conjuntos habitacionais construídos ao longo de 10 anos, com 7.127 unidades populares entregues em Vila Velha, a grande migração populacional acabou se instalando em locais periféricos, como morros e beira de canais, gerando bairros precários, favelas e demonstrando uma cidade não preparada para tamanha demanda habitacional.

Além disto, a falta de trabalho e qualificação da mão de obra dos milhares de pessoas chegaram ao município, geraram outro problema social, o desemprego. Estes fatores alavancaram o empobrecimento urbano, aumentando invasões e construções irregulares de baixa e média renda, em toda a periferia municipal, incluindo as margens dos canais (figura 7).

Figura 7: Trecho ocupado do canal da Costa, no bairro Divino Espírito Santo, Vila Velha/ES



Fonte: Arquivo Pessoal (2017)

¹ COHAB Companhia de habitação do Espírito Santo—nome genérico de várias companhias públicas que promovem habitação popular

² INOCOOPS Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo – sistema de cooperativas habitacionais.

O desenho urbano que surgiu na cidade de Vila Velha após esta grande movimentação econômica e migratória em menos de duas décadas, teve que se adaptar a este novo salto populacional no município.

A expansão imobiliária do município de Vila Velha para as classes C e D ocupou a região do canal Guaranhuns na década de 1970, despertando os olhos da população para ocupação deste grande vazio que existia nesta época, fazendo surgir algumas ocupações regulares e também invasões no seu entorno, tendo sido alvo de dejetos e esgotos irregulares.

O canal de Guaranhuns sofreu com estes problemas de infraestrutura, se transformado em um canal poluído, perdendo sua conexão direta com o rio Jucu, que atualmente é realizada através de comportas, deixando de receber água doce. Ao conversar com moradores antigos da região, fica claro a partir das informações, que no início da ocupação do entorno do canal, a relação com o mesmo era harmoniosa; as pessoas utilizavam o canal para nadar, pescar e praticar atividades, mas devido às consequências da expansão sem planejamento, essa relação se perdeu (MARCHIORO; SILVA; CORREA, 2016, p.35).

Segundo o perfil socioeconômico dos bairros de Vila Velha a população do entorno deste trecho do canal tem renda média similar, fazendo parte das classes C e D (Classe C definida entre 03 a 05 salários mínimos, Classe D entre 01 a 03 salários), distribuídos em 9 bairros com aproximadamente 35.000 habitantes.

A grave crise dos anos 1980 e 1990 com PIB (Produto Interno Bruto) negativo e Hiperinflação agravaram a já complicada situação da população de baixa renda moradora das favelas e invasões, visto que estes milhões de pessoas já não tinham saneamento básico e agora não tinham emprego e renda.

Com a finalização da obra da ponte que liga a ilha de Vitoria a Vila Velha na década de 1990 (Terceira ponte), os bairros no caminho da via que desemboca em Vila Velha, tiveram grande fluxo de veículos, e ganharam um grande fôlego de crescimento ao longo da orla do município e adjacências dos canais.

Nas décadas seguintes a duplicação da rodovia do Sol, aliado a inauguração de três shoppings, consolidaram o vetor de crescimento do município em direção ao sul. Os canais ficaram desprotegidos pela legislação municipal, e no meio de toda a valorização imobiliária em seu entorno, sendo suas margens ocupadas pela população, e em alguns trechos foi tamponado pelos gestores públicos, decretando sua morte.

Com a consolidação das ocupações, a impermeabilização do solo na região causou um grande transtorno em época de chuvas mais fortes, pois os canais já não conseguem mais evacuar todo o volume de água pluvial, causando grandes e frequentes alagamentos.

Figura 8: Ocupações ao longo do Canal da Costa



Fonte: Elaborada pelo autor (2018)

O antigo leito do rio da Costa, as águas do canal da Costa/Guaranus estão totalmente poluídas devido a décadas de despejo de esgoto doméstico e de pequenas indústrias em seu leito, ocasionados pelo grande fluxo populacional que ocupou seu entorno.

As áreas ocupadas no entorno do Canal da Costa, possuem, atualmente, adensamento populacional proveniente das classes A e B do município, e são propriedades de grande valorização imobiliária, apesar do desagradável aspecto visual.

No trecho que corta a área nobre do município no bairro praia da Costa, existem mais comércios e serviços nas margens do canal devido à alta pressão imobiliária no local e a grande circulação de pessoas provenientes do grande número de imóveis desta região, que tem muitos prédios e atrativos com a proximidade com o centro da cidade, e da turística Praia da Costa.

Algumas intervenções no canal da Costa, como tamponamento de alguns trechos, foram executadas pela municipalidade devido a pressão da comunidade, como forma de valorização de seus imóveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração predatória dos rios e canais urbanos na faixa litorânea do município de Vila Velha, causaram consequências visíveis até os dias de hoje. Este processo de alteração do leito natural do rio da Costa, iniciado na década de 1950, quando não se tinha uma conscientização ambiental, contou com uma limitada técnica de estudos hídricos, que levou o estado a tomar decisões polêmicas na execução de retificações e construção de diques.

A administração municipal falhou no seu papel de fazer prevalecer a lei de ocupação do solo ao longo do canal da Costa e Garanhuns, deixando os moradores locais estabelecerem seus próprios limites em suas construções, resultando em uma ocupação desordenada tanto pela população de baixa e alta renda de forma indiscriminada, e consequente poluição do canal.

[...] as intervenções de saneamento ou drenagem urbanas envolvendo bacias hidrográficas vêm se mostrando ineficientes e até mesmo catastróficas, abrindo espaço para reflexões e debates, no sentido de questionar as soluções tradicionalmente adotadas pela engenharia. Esses questionamentos apontam para soluções em que os leitos dos rios devem ser articulados às propostas projetuais para o tecido urbano [...] (GORSKI, 2010, p.77).

Como analisado no primeiro momento, a relação da cidade de Vila Velha com o rio da Costa foi muito importante para a consolidação e manutenção do primeiro núcleo urbano do estado do Espírito Santo, situação comum ao processo de colonização das cidades.

O segundo momento por meio de grandes obras de engenharia sanitária e drenagem, o leito do rio é transformado, e com o crescimento da cidade, as margens dos canais da Costa/Guaranhuns são ocupadas de forma desordenada, por falhas na legislação e fiscalização.

O momento seguinte chega a consequência de todo este processo de precário planejamento, que é bem comum as cidades brasileiras, com o manancial hídrico totalmente poluído e o solo em seu entorno impermeabilizado, causando insalubridade para a população em seu entorno e enchentes.

Todo este processo é comum na maioria das cidades brasileiras, onde infelizmente o poder público não se empenha em realizar de forma integrada o planejamento e o desenho urbano da cidade, por meio de legislações urbanísticas, planos, programas e projetos que promovam uma reconciliação entre os rios urbanos e a cidade.

Estes locais podem/devem ser pensados dentro de outra perspectiva, conforme aponta Tucci (2015), numa nova fase que o autor denomina de Desenvolvimento Sustentável, com tratamentos que preservam o sistema natural e melhoria na qualidade de vida, que consideram estes espaços de mananciais como elementos valiosos socioespacial e econômicos para o município.

O envolvimento de órgãos públicos, população, técnicos e iniciativa privada fazem parte do processo de reconciliação entre rios e cidades, pois cada um tem seu peso na construção deste caminho.

Estes debates necessitam ser aprofundados e encaminhados soluções que envolva reestruturação de planejamento urbano e fiscalização dos órgãos públicos, envolvimento de técnicos e população. Para Tardin (2008) é necessário desenvolver novas ocupações urbanas,

como, por exemplo, conservar a heterogeneidade dos espaços livres, garantir a integridade dos processos humanos e naturais, promovendo coesões físicas, ecológica, visual e social do território.

Este artigo ambiciona provocar uma nova visão dos canais da Costa e Guaranhuns, que através de Planejamento e Desenho Urbano, seriam o caminho para reintegrar o espaço a cidade, fazendo do trajeto dos canais uma oportunidade de requalificação das atividades em seu entorno, criando salubridade, valorização dos bairros, oportunidade de emprego e melhoria na qualidade de vida de seus moradores.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José Setubal, *Ecos de Vila Velha*. Vila Velha, ES ,2001

BAPTISTA, M.; CARDOSO, A. Rios e cidades: Uma longa e sinuosa história. *Revista UFMG*, v. 20, n. 2, jul./dez. 2013.

BOTELHO, R. G. M. *Bacias hidrográficas urbanas*. In: GUERRA, A. T. S. (org.). *Geomorfologia Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 71-115, 2011.

CHALUB, José Antonio Juniors, *O imaginário da cidade no pacto sócio ambiental de um plano diretor municipal, o planejamento urbano e a lei em Vila Velha/ES 1948/2008*. Tese Mestrado UFES, 2010.

CUNHA, S. B. GUERRA, A. J. T. *Degradação ambiental*. In: GUERRA, A. J. T. CUNHA, S. B. (org.) *Geomorfologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 337-379, 2003.

DEINA, M. A. COELHO, A.L.N. As inundações no município de Vila Velha e a importância das bacias hidrográficas no suporte ao planejamento. *Revista Geonorte*, ed. Especial 4, v. 10, n. 1, p. 198-203, 2014.

GORSKI, M. C. B. *Rios e Cidades: Ruptura e Conciliação*. São Paulo, SP: Senac São Paulo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2010*.

MARCHIORO, E. SILVA, G. M. CORREA, W. de S. C. A zona de convergência do Atlântico Sul e a precipitação pluvial no município de Vila Velha (ES): repercussão sobre as inundações. *Revista RDG USP*, v. 31, p. 101-117, 2016.

MARICATO, E. Urbanismo da periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo Perspectiva*, v. 14, n. 4, out./dez. 2000.

RUPF, K. F. da V. *Vitória das águas: proposta de projeto para um hidro anel metropolitano*. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SETÚBAL, Edward. *Histórias de Vila Velha*. Vila Velha, 2012.

SIQUEIRA, M. da P. S. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950/1980*. Vitória: EDUFES, 2010.

TARDIN, Raquel. *Espaços livres: sistema e projeto territorial*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

TUCCI, Carlos E. M., *Águas Urbanas*. Porto Alegre, RS. 2015